

## CERTIFICADO DE OUTORGA

PORTARIA DE OUTORGA Nº 028/2007

O INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS expede o presente Certificado referente à **OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS**, na modalidade de **CONCESSÃO**, requerida através do Processo nº **34465774**.

OUTORGADA: **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO – CESAN**

CNPJ: **28.151.363 / 0001 – 47**

TIPO DE USO OU INTERFERÊNCIA: **CAPTAÇÃO EM CORPO DE ÁGUA**

VAZÃO MÁXIMA CAPTADA: **3.800l/s**

CORPO DE ÁGUA: **RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA**

REGIÃO HIDROGRÁFICA: **RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA**

COORDENADAS UTM: **355.255 E / 7.767.835 N, datum SAD-69**

MUNICÍPIO: **SERRA– ES**

FINALIDADE: **ABASTECIMENTO PÚBLICO E CONSUMO INDUSTRIAL**

A **OUTORGADA** deve observar os termos e condições dispostos na **PORTARIA DE OUTORGA** referente a este Certificado.

O prazo de vigência da **PORTARIA DE OUTORGA** é de **12 (doze) anos** contados a partir da data de sua publicação, sob a forma de extrato.

Espírito Santo, 26 de janeiro de 2007.

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

**Condicionante da outorga**

**I** – Implantação de estação fluviométrica imediatamente a montante do ponto de captação, monitoramento diário das vazões do curso de água e envio de relatório anual ao IEMA com os dados obtidos. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação da Portaria de Outorga.

**II** – Monitoramento diário das vazões captadas e envio de relatório anual ao IEMA com os dados obtidos. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação da Portaria de Outorga.

## PORTARIA DE OUTORGA Nº 028, DE 26 DE JANEIRO DE 2007

A Diretora-Técnica do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso XX, da Lei Complementar nº 248, de 28 de junho de 2002, art. 6º, do Decreto nº 1.324-R, de 07 de maio de 2004, e arts. 4º, inciso XX, e 37, inciso XVIII, do Decreto nº 1.382-R, de 07 de outubro de 2004, resolve:

**Art. 1º** Outorgar, pelo prazo de 12 (doze) anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, à Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, CNPJ Nº 28.151.363/0001-47, doravante denominada Outorgada, o direito de uso de recursos hídricos, na modalidade de Concessão, para captação de água no rio Santa Maria da Vitória, região hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, município da Serra, requerido por meio de processo IEMA nº 34465774, com as seguintes características:

**I** – Coordenadas UTM do ponto de captação: 355.255E / 7.767.835N, *datum* SAD-69;

**II** – Vazão máxima captada igual a 3.800 l/s (13.680 m³/h), durante 24 h/dia, todos os dias do ano, com garantia de atendimento igual a 87,9%, sendo que a vazão necessária para o abastecimento humano (2.400 l/s) apresenta uma garantia de atendimento de 96%.

**III** – Finalidade de uso das águas: abastecimento público de uma população projetada de 930.000 habitantes e consumo industrial.

**Parágrafo único** – As obras e serviços necessários ao uso de recursos hídricos de que trata esta Portaria serão executados às expensas da Outorgada e deverão ser iniciados no prazo de 02 (dois) anos e concluídos no prazo de 06 (seis) anos, contados a partir da data de vigência dessa.

**Art. 2º** São condicionantes desta Outorga, a ser cumprida pela Outorgada no prazo definido:

**I** – Implantação de estação fluviométrica imediatamente a montante do ponto de captação, monitoramento diário das vazões do curso de água e envio de relatório anual ao IEMA com os dados obtidos. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação desta Portaria.

**II** – Monitoramento diário das vazões captadas e envio de relatório anual ao IEMA com os dados obtidos. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação desta Portaria.

**Art. 3º** Na hipótese das vazões do curso de água atingirem volumes insuficientes para garantir, simultaneamente, a captação autorizada e a manutenção de um fluxo residual a jusante igual a 4.077,7 l/s (14679,7 m³/h) equivalente a 50 % (cinquenta por cento) da vazão  $Q_{7,10}$  no ponto a que se refere esta Portaria, a Outorgada se obriga a garantir o referido fluxo residual.

**Art. 4º** A Concessão, objeto desta Portaria, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

**I** – Descumprimento das condições estabelecidas nos arts. 1º, 2º e 3º;

**II** – Conflitos com normas posteriores;



**III** – Incidência no art. 23 da Lei nº 5.818, de 30 de dezembro de 1998;

**IV** – Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.

**Art. 5º** Esta Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

**I** – Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

**II** – Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

**Art. 6º** A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente autorização.

**Art. 7º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pela Outorgada de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art. 8º** Esta Outorga poderá ser renovada mediante formalização de processo de renovação junto ao IEMA, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua vigência.

**Art. 9º** O uso de recursos hídricos objeto desta Outorga está sujeito a cobrança, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e arts. 24 e 25 da Lei nº 5.818, de 30 de dezembro de 1998.

**Art. 10º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sob a forma de extrato.

SUELI PASSONI TONINI  
Diretora Técnica